

Princípios de Bom Governo

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

A NAV Portugal foi criada, por cisão da ANA, E.P., na forma de empresa pública, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, autonomizando-se assim, a prestação, em moldes empresariais, do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil.

Pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, os estatutos da NAV Portugal foram republicados na íntegra, tendo sido adaptados ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, então aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, data a partir da qual a NAV Portugal passou a ser uma entidade pública empresarial.

À luz do preceituado no Artigo 14º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, diploma que veio consagrar o novo regime do setor público empresarial e, consequentemente, revogar o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro e as suas posteriores alterações, a NAV Portugal, enquanto entidade pública empresarial rege-se pelo direito privado, com as especificidades decorrentes do referido regime jurídico do setor público empresarial, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, alterado pela Lei nº 35/99, de 26 de maio e pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril e pelos respetivos Estatutos.

A NAV Portugal dispõe, no seu modelo organizativo e procedimental, de um conjunto de regulamentos internos dos quais se destacam os relativos à aquisição de bens e serviços, imobilizado, caixa e bancos, faturação e controlo de crédito, bem como um Código de Ética e um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Os membros do Conselho de Administração são considerados gestores públicos nos termos e para os efeitos consignados no Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal rege-se pelo Código dos Contratos Públicos,

aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e objeto de posteriores alterações, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A actividade da NAV Portugal é enquadrada por um conjunto de legislação nacional, comunitária e internacional, de que se destaca:

Legislação Nacional

No plano interno a atividade da NAV Portugal rege-se fundamentalmente pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro que criou a Empresa, por cisão da ANA, E.P e aprovou os respetivos estatutos alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, confiando-lhe a prestação do serviço público de navegação aérea em todas as vertentes, seja na prestação de serviços de navegação aérea de rota nas duas Regiões de Informação de Voo (Lisboa e Santa Maria) sob responsabilidade do Estado Português, seja na prestação de serviços de navegação aérea de terminal nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores.

No que respeita a taxas de rota, o Decreto-Lei nº 461/88, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 118/90, de 6 de abril, disciplina o respetivo processo de aplicação e cobrança, enquanto a matéria referente às taxas de terminal é regulada pelo Decreto-Lei nº 254/2012, de 28 de novembro.

Nos termos do disposto nº 2 artigo 31º do Decreto-Lei nº 254/2012, “até à publicação de legislação específica, a determinação e fixação da taxa de terminal é efetuada por portaria do membro do Governo responsável pela área dos transportes, após parecer do INAC, I. P.”.

Legislação Comunitária

A NAV Portugal, enquanto entidade prestadora de serviços de navegação aérea, está sujeita aos seguintes Regulamentos Comunitários que integram os denominados Pacotes do Céu Único Europeu (SES I e SES II):

- Regulamento (CE) nº 549/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – regulamento quadro para a execução do céu único europeu;
- Regulamento (CE) nº 550/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à prestação de serviços de navegação aérea;

- Regulamento (CE) nº 551/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – que regula o espaço aéreo;
- Regulamento (CE) nº 552/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à interoperabilidade e,
- Regulamento (CE) nº 1070/2009, do Parlamento e do Conselho, de 21 de outubro – que alterou os Regulamentos (CE) nºs 549/2004, 550/2004, 551/2004, e 552/2004, aprovando o II Pacote do Céu Único Europeu.

Ao abrigo do Regulamento (CE) nº 550/2004 e após prévia certificação pelo INAC – enquanto autoridade supervisora nacional que assegura a implementação do Céu Único Europeu – a NAV Portugal foi designada, pelo Despacho MOPTC nº 719/2007, de 15 de janeiro, como prestador de serviços de navegação aérea integrados em Portugal, compreendendo a prestação de Serviços de Tráfego Aéreo (ATS - Air Traffic Services), Serviços de Informação Aeronáutica (AIS - Aeronautical Information Services) e Serviços de Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS - Communication, Navigation and Surveillance). O Certificado de Prestador de Serviços de Navegação Aérea, emitido pelo INAC a favor da NAV Portugal, cobre o triénio 2011-2014, tendo, entretanto, sido concedida, pelo INAC, a respetiva revalidação.

Além destes Regulamentos principais existem diversos outros que executam e desenvolvem disposições e princípios daqueles, designadamente os seguintes:

- Regulamento (CE) nº 1794/2006 da Comissão, de 6 de dezembro – que estabelece o regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea – entretanto atualizado com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, de forma a traduzir as consequências financeiras do sistema de desempenho no regime de tarifação, em especial no que toca aos mecanismos de partilha dos riscos de tráfego e de custos, bem como aos sistemas de incentivo descritos no Regulamento (UE) nº 691/2010, da Comissão, de 29 de julho, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções de rede e que altera o Regulamento (CE) nº 2096/2005, da Comissão, de 20 de dezembro, que estabelece requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea;

- Regulamento de Execução (UE) nº 1034/2011, da Comissão, de 17 de outubro, relativo à supervisão da segurança nos serviços de gestão do tráfego aéreo e de navegação aérea e que altera o Regulamento (UE) nº 691/2010;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1035/2011, da Comissão, de 17 de outubro, que estabelece requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea e que altera os Regulamentos (CE) nº 482/2008 e (UE) nº 691/2010;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1206/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos aplicáveis à identificação das aeronaves para efeitos da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1216/2011, da Comissão, de 24 de novembro, que altera o Regulamento (UE) nº 691/2010 da Comissão e que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções de rede;
- Regulamento de Execução (EU) nº 923/2012 da Comissão, de 26 de Setembro, que estabelece as regras comuns do ar e as disposições operacionais relativas aos serviços e procedimentos de navegação aérea e que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 1035/2011 e os Regulamentos (CE) n.ºs 1265/2007, 1794/2006, 730/2006, 1033/2006 e (UE) n.º 255/201;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 1079/2012 da Comissão, de 16 de novembro, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 390/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções da rede;
- Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013 da Comissão, também de 3 de maio, que estabelece um regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea
- Regulamento de Execução (UE) nº 657/2013 da Comissão, de 10 de Julho, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1079/2012, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu.

No decurso de 2014 foram ainda aprovados o Regulamento de Execução (UE) nº 970/2014 da Comissão, de 12 de setembro, que altera o Regulamento (UE) nº 677/2011, que estabelece as regras de execução para a implementação das funções de rede na gestão do tráfego aéreo (ATM), o Regulamento de Execução (UE) nº 1028/2014 da Comissão, de 26 de Setembro, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011 que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu e o Regulamento de Execução (UE) nº 1029/2014 da Comissão, de 26 de setembro, que altera o Regulamento (UE) nº 73/2010 da Comissão, que estabelece os requisitos aplicáveis à qualidade dos dados aeronáuticos e da informação aeronáutica no Céu Único Europeu.

Legislação internacional

- A atividade da NAV Portugal é enquadrada e disciplinada por numerosa e completa legislação e regulamentação internacional, de entre a qual se destaca a Convenção Sobre a Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago em 1944, também denominada Convenção sobre a Aviação Civil Internacional e os seus 18 Anexos que regulamentam exaustivamente todas as matérias relativas à aviação civil e, ao que aqui importa, à navegação aérea, designadamente e sem preocupações exaustivas, o Anexo I relativo às licenças dos controladores de tráfego aéreo (CTA), o Anexo 2 que estabelece as regras comumente designadas como “regras do ar” e o Anexo 11 que estabelece as regras relativas aos serviços de tráfego aéreo;
- A atividade da NAV Portugal é igualmente enquadrada pelas Normas de Segurança Operacional (ESSAR) emanadas da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) a que Portugal aderiu, subscrevendo o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional de Cooperação para Segurança da Navegação Aérea “EUROCONTROL”, aprovado para ratificação pelo Decreto do Governo nº 28/83, de 28 de abril e,
- Quanto a taxas devidas pela prestação de serviços de navegação aérea de rota salienta-se igualmente o Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, ratificado pelo Decreto do Governo nº 30/83, de 2 de maio, nos termos do qual os Estados Contratantes acordaram em adotar uma política comum nesta matéria, criando um sistema uniforme de estabelecimento e perceção de taxas de rota, utilizando, para esse fim, os serviços do EUROCONTROL.

Transacções relevantes com entidades relacionadas

Após análise ao universo das transacções que ocorrem na NAV Portugal considera-se que se incluem nestas condições:

- As que ocorrem com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA) no respeitante à prestação de Serviços Meteorológicos para apoio à navegação aérea, nos termos do estipulado no Decreto-Lei nº220/1997, de 20 de agosto;
- As que ocorrem com a Força Aérea (FAP) e a Marinha, no respeitante à prestação dos serviços de Busca e Salvamento Aéreo, nos termos dos respetivos Protocolos NAV/FA e NAV/Marinha, assinados a 15 de março de 2002 e,
- As que ocorrem com o Instituto de Aviação Civil, I.P.(INAC, I.P.), decorrentes do exercício das suas responsabilidades enquanto Entidade Supervisora Nacional, nos termos do Protocolo NAV/INAC, assinado a 27 de novembro de 2009.

No quadro seguinte apresentam-se aos valores respeitantes aos exercícios de 2013 e 2014.

Unidade: euros

Serviços de apoio à Navegação Aérea	Entidade	2014	2013
Meteorológicos	IPMA	6 998 046	7 092 074
Busca e Salvamento	FA	5 485 985	5 385 359
	Marinha	2 008 873	1 980 815
Entidade Supervisora Nacional	INAC	827 605	823 483
TOTAL		15 320 510	15 281 730

Outras transações

PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal, E.P.E. rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nesta conformidade, em relação à formação dos contratos de empreitadas de valor inferior ao limiar comunitário de cinco milhões de euros e à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior ao limiar comunitário de quatrocentos mil euros, que respeitem, direta e principalmente à atividade de navegação aérea, não se aplicam as regras da Parte II (Contratação Pública) do CCP relativas aos tipos de procedimentos previstos no Código, adotando-se, nessas situações, os procedimentos “*ad hoc*” que melhor se adequarem ao interesse público da navegação aérea e aos interesses empresariais da NAV Portugal.

Quanto à formação de contratos que não digam, direta e principalmente, respeito à atividade de navegação aérea, a NAV Portugal, enquanto entidade adjudicante do artigo 2º, nº 2, do CCP, excetuados os casos de escolha do ajuste direto em função de critérios materiais, pode adotar o procedimento de ajuste direto para a formação de contratos de empreitada de valor inferior a cento e cinquenta mil euros e de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior a setenta e cinco mil euros.

A NAV Portugal, no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no sítio da Empresa na internet www.nav.pt, prevê igualmente um conjunto de regras que visam disciplinar e homogeneizar a atuação dos diversos intervenientes nos diferentes procedimentos aquisitivos, sendo de destacar, nomeadamente, as seguintes:

- Todos os Diretores, Responsáveis de Área, Chefias de grau hierárquico inferior e trabalhadores da NAV Portugal que participem em qualquer fase dos procedimentos aquisitivos devem preencher e entregar na respetiva Direção, uma declaração de inexistência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA),

competindo ao respetivo Diretor visar essas declarações e promover e manter o respetivo arquivo atualizado e acessível a qualquer auditoria;

- As funções de assessoria jurídica na contratação pública, designadamente na elaboração de documentos a patentear nos procedimentos aquisitivos e, bem assim, na elaboração e, quando a lei o permita, na negociação de contratos devem ser exercidas, de forma centralizada e diretamente ou sob supervisão do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), por forma a evitar a dispersão, por outras Direções, Gabinetes ou Áreas, de intervenções jurídicas suscetíveis de tornar os referidos serviços de assessoria jurídica, contraditórios ou deficientes;
- A elaboração das peças de procedimentos aquisitivos que respeitem à formação de contratos:
 - de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda €10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos e,
 - de contratos de empreitadas cujo preço contratual exceda €15.000,00, deve competir a uma equipa pluridisciplinar constituída por, pelo menos, um elemento da Direção, Gabinete ou Área interessado, um elemento da Direção de Estudos e Projetos (DEP) no caso de se tratar de uma empreitada, um elemento da Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e um elemento do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), salvo em casos devidamente justificados que devem ser obrigatoriamente fundamentados, de forma concreta e completa, pelo Diretor ou Responsável de Área da Direção, Gabinete ou Área interessado na aquisição;
- Na definição das entidades a convidar nos procedimentos por ajuste direto, quer os correspondentes contratos respeitem, quer não, à atividade de navegação aérea, além da Direção, Gabinete ou Área proponentes dos procedimentos aquisitivos, a DAFIN/COAPG poderá indicar outras entidades, consoante o conhecimento do mercado que possua, nomeadamente através da plataforma de contratação pública em utilização na Empresa,

criando um sistema de rotação de entidades convidadas, em especial quando se trate da aquisição de bens de consumo corrente, designadamente de economato e,

- Sempre que no ajuste direto seja convidada apenas uma entidade, o Diretor da unidade ou subunidade orgânica proponente deverá, sem qualquer exceção, fundamentar tecnicamente, de forma inequívoca, concreta e completa, essa decisão.

UNIVERSO DE TRANSAÇÕES QUE EM 2014, NÃO OCORRERAM EM CONDIÇÕES DE MERCADO

Fornecedor	Valor c/ IVA
ALCATEL	15.993,15 €
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 6 CARTAS, PARA AS ESTAÇÕES DA MADEIRA E PORTO SANTO	15.993,15 €
ALTYS	30.384,00 €
ESTAÇÕES DE MONITORIA	30.384,00 €
APCER	7.077,99 €
AUDITORIA EXTERNA SISTEMA GESTÃO QUALIDADE	7.077,99 €
ASAP	20.000,00 €
UP GRADE DE LICENÇAS	20.000,00 €
COMPTA	10.280,60 €
UP GRADE DE MATERIAL CISCO	10.280,60 €
COMSOFT	159.790,00 €
PLATAFORMAS ARTAS	159.790,00 €
DIGIDOC	7.896,60 €
UPGRADE I + DOC	7.896,60 €
ERA	48.077,00 €
ANTENA GPS E RESPETIVO MODULO	10.282,00 €
MODULO DE PROCESSAMENTO (ROU) P/ O SISTEMA WAM	8.500,00 €
SISTEMA WAM AÇORES OCIDENTAL	29.295,00 €
FORMABASE	8.364,00 €
FUNCIONALIDADES PARA A PLATAFORMA DE GESTÃO DE DADOS DE SEGURANÇA OPERACIONAL	8.364,00 €
FREQUENTIS	195.516,64 €
BENEFICIAÇÃO DOS SISTEMAS VCS FREQUENTIS 3020VCX INSTALADOS NO ACC E TWR DE LISBOA	107.607,33 €
FILTROS RUÍDO HF	75.067,00 €
HANDSETS	12.842,31 €
GDF SUEZ	9.190,56 €
BENEFICIAÇÃO GERAL DOS VENTILADORES CONVETORES INSTALADOS NO EDIF. 121	9.190,56 €
GLINTT	36.285,00 €
CONSULTORIA PARA PARAMETRIZAÇÃO EM SAP DE SIST. DE FATURAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERMINAL	36.285,00 €
GUIALMI	7.899,06 €
CADEIRAS RODADAS	7.899,06 €
HEWLETT PACKARD	64.562,58 €
RENOVAÇÃO SUPORTE MANUTENÇÃO SERVIDORES HP	53.033,84 €
RENOVAÇÃO SUPORTE SOFTWARE HP DATAPROTECTOR	11.528,74 €
IBM	44.280,00 €
RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE HARDWARE DOS SISTEMAS SATL	44.280,00 €
IER GRAPHIC	22.740,00 €
MATERIAL DE ECONOMATO	22.740,00 €
ISDEFE	89.319,38 €
REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO CAFSAT	9.367,88 €
UPGRADE DAS ESTAÇÕES CAFSAT DE LIS E SMA E LIGAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE LISBOA A LUANDA	79.951,50 €
MANUTAN	6.843,33 €

Fornecedor	Valor c/ IVA
ARMÁRIOS VESTIÁRIOS INDIVIDUAIS COM 2 COMPARTIMENTOS	6.843,33 €
MICROSOFT	860.641,91 €
RENOVAÇÃO LICENCIAMENTO MICROSOFT	860.641,91 €
NORTHROP GRUMMAN	157.250,04 €
EQUIPAMENTO EXTENDED RANGE PARA MONTEJUNTO E FOIA	157.250,04 €
ORNELAS&NEVES	18.081,00 €
MANUTENÇÃO DO CAM. DE ACESSO Á EST. RADAR DE PORTO SANTO E DESMATAÇÃO DOS TERRENOS	18.081,00 €
PARK AIR SYSTEMS	34.657,74 €
FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE SUPORTE PÓS-GARANTIA AIR/GROUND DA PARK AIR SYSTEMS	34.657,74 €
PHOENIX CONTACT	8.181,39 €
DESCARREGADORES DE SOBRETENSÃO	8.181,39 €
RAMOS CATARINO DOIS	100.155,60 €
REMOÇÃO DA COBERTURA EM FIBROCIMENTO E BENEFICIAÇÃO DA COBERTURA - EDIFÍCIO 118 TOPO SUL	100.155,60 €
RCL	122.809,35 €
DISPLAY BARCO ISIS	98.110,95 €
REPARAÇÃO MONITOR BARCO	10.092,15 €
REPARAÇÃO PLACA BARCO	7.303,13 €
REPARAÇÃO VDU BARCO	7.303,13 €
RENTLEI	82.717,52 €
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS	72.866,06 €
PROLONGAMENTO DOS CONTRATOS DAS VIATURAS	9.851,46 €
RIOTEC	13.788,30 €
RENOVAÇÃO DA ILUMINAÇÃO EXTERIOR EDIF. 121	13.788,30 €
SELEX	657.896,00 €
REPARAÇÃO CARTA	25.200,00 €
REPARAÇÃO COS SELEX	8.728,00 €
REPARAÇÃO DE CARTA PHADE	8.573,00 €
REPARAÇÃO LOG IF	9.989,00 €
REPARAÇÃO MÓDULOS RADAR	43.117,00 €
REPARAÇÃO SW CARTA LOG IF AOA ABRIGO GARANTIA SELEX	10.289,00 €
SUBSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DO RADAR DE PORTO SANTO	552.000,00 €
SERVIEXPRESS	14.748,00 €
GASOLEO	14.748,00 €
SGALD AUTOMOTIVE	8.889,36 €
PROLONGAMENTO ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURA	8.889,36 €
SITA	111.886,81 €
FORNECIMENTO DAS ESTAÇÕES VGS DAS FLORES E SÃO MIGUEL	111.886,81 €
SOTECNICA	25.241,63 €
ALTERAÇÃO DA CONSOLA DA TORRE DA HORTA	15.100,71 €
RENOVAÇÃO PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE TRF EM STA MARIA, P.DELGADA, HORTA E FLORES	10.140,92 €
SUNHILLO	14.285,00 €
AQUISIÇÃO DE CONVERSOR SÉRIE IP PARA RADAR DE SANTA MARIA	7.865,00 €
CONVERSOR FIRATL	6.420,00 €
TECNOTERRA	10.947,00 €
DESMATAÇÃO DE ÁREAS NAV NO ALS	10.947,00 €
TELESCAN	30.672,40 €
MASTROS DAS ANTENAS DO LOCALIZER DO APD	30.672,40 €
THALES PORTUGAL	675.896,18 €
CONTRATO MANUTENÇÃO PÓS GARANTIA DA CENTRAL AERMAC AMHS DA THALES	244.700,00 €
FORNEC. E INST. DE UM DVOR/DME PARA A ESTAÇÃO DO ESPICHEL E RESPECTIVO SIST. DE TELECOMANDO	423.120,00 €
MÓDULO TKW 1KW TRANSMITTER	8.076,18 €
THYSSENKRUPP	13.609,95 €
REPARAÇÃO/REMODELAÇÃO ELEVADOR TWR FAR	13.609,95 €
VAISALA	48.583,00 €
AQUISIÇÃO DE SOBRESSELENTES PARA SISTEMA METEOROLÓGICO VAISALA	11.318,00 €
SOBRESSELENTES PARA SISTEMA METEOROLÓGICO	37.265,00 €

LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTEM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NO CASO DE ESTA PERCENTAGEM ULTRAPASSAR 1 M€).

A tabela seguinte contém os fornecedores de serviços que, no universo dos fornecedores da NAV Portugal, representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

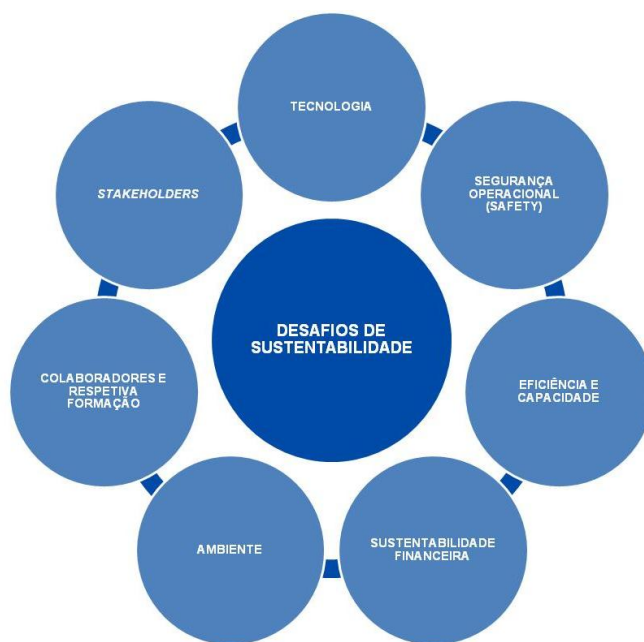
Unidade: euros

Empresa	
Securitas - Serv. e Tec. de Seg., S.A.	717.440
Fidelidade - Comp. Seg. SA	1.084.697
MEO, Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	1.607.608

Análise de sustentabilidade da empresa

Em 2014, a NAV Portugal manteve a prática de integração dos princípios de sustentabilidade nas políticas e processos da sua gestão, como suporte à promoção do seu desempenho em matéria de desenvolvimento sustentável e consequente definição de novas metas.

Nesse âmbito encontram-se identificados os desafios em matéria de sustentabilidade com maior grau de importância para a NAV Portugal e para as partes interessadas:



Desafios de Sustentabilidade

Tendo por base esta matriz, foram identificados sete vetores considerados como os mais relevantes, nomeadamente:

- **Tecnologia:** Atualização permanente e pleno funcionamento dos sistemas, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos de segurança (safety e security), eficiência, capacidade, qualidade e proteção ambiental;
- **Segurança Operacional (Safety):** Garantia da segurança operacional, protegendo utilizadores, clientes, comunidade, colaboradores e restantes stakeholders, tendo por objetivo atingir “zero acidentes”;

- **Eficiência e Capacidade:** Assegura a gestão do tráfego aéreo, através de uma gestão flexível da capacidade e da redução gradual dos tempos de espera;
- **Sustentabilidade Financeira:** Reforço de medidas de contenção de custos e de prudência nas decisões de investimentos, tendo por base a segurança operacional e a adequação interna aos objetivos estratégicos do “Céu Único Europeu”;
- **Ambiente:** Promoção da cultura da proteção ambiental e otimização do desempenho ambiental a nível interno, com contribuição para a redução do impacte ambiental do setor da aviação civil;
- **Colaboradores e Formação:** Investimento na formação contínua dos colaboradores, como condição base para cumprimento dos objetivos da Empresa e,
- **Stakeholders:** Envolvimento com os stakeholders para a concretização eficaz dos diferentes eixos estratégicos através do desenvolvimento de projetos a nível nacional e internacional.

No que respeita ao domínio ambiental, é política da empresa a implementação de medidas que reduzam o impacte ambiental direto e indireto da sua atividade. O Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente da Empresa inclui, desde 2010, a vertente de Gestão Ambiental certificada, segundo a norma NP EN ISO 14001:2004. Este sistema contribui, de modo significativo, para o reconhecimento interno e externo das práticas ambientais desenvolvidas e implementadas pela Empresa e para o reforço do posicionamento internacional da NAV Portugal.

No âmbito do Sistema de Gestão Ambiental é elaborado, anualmente, o Programa de Gestão Ambiental, onde são identificadas as iniciativas previstas com impacte ambiental, e definidas metas e objetivos futuros. Ainda neste documento é analisado o grau de concretização, nomeadamente, o balanço das iniciativas realizadas e a verificação das metas e objetivos definidos anteriormente, sendo assim possível avaliar o desempenho ambiental da NAV Portugal.

No ano 2014, relativamente aos aspetos ambientais identificados no Sistema, para o consumo de energia elétrica verificou-se um aumento de 2,8%, comparativamente ao período homólogo.

O consumo de energia está também associado ao funcionamento dos grupos geradores e à frota automóvel afeta à NAV Portugal. No consumo de combustível da frota automóvel registou-se uma redução de 6% relativamente ao ano anterior.

As operações da NAV Portugal implicam também o consumo de materiais, dos quais se destacam os óleos de motores utilizados nos geradores e o papel usado. O óleo dos motores dos grupos de geradores de emergência é substituído anualmente, tratando-se de uma prática de manutenção da Empresa com vista ao bom funcionamento deste equipamento em caso de emergência.

No que diz respeito ao consumo de papel, a NAV Portugal mantém a sua política de maximizar a utilização do uso de papel reciclado/híbrido, que em 2014 atingiu os 96,2%.

Da atividade da Empresa resultam, maioritariamente, resíduos urbanos e, em menor quantidade, resíduos industriais perigosos, dos quais se destacam: óleos de motor, baterias de chumbo e lâmpadas. No ano de 2014, e de acordo com os requisitos legais, os resíduos não perigosos (metais, vidro e equipamento informático) foram encaminhados, na sua totalidade, para valorização energética, reciclagem e produção de biogás.

No que respeita aos consumos de água em 2014, verifica-se uma redução global de cerca de 9,3%, comparativamente a 2013.

Como ferramenta auxiliar na avaliação de desempenho ambiental, a Empresa, desde 2010, aderiu ao Programa de Gestão Voluntária de Carbono, tendo-se obtido como primeira estimativa para o período de estudo 2010-2014, uma descida de 23%. Para 2014, estimou-se um total de 4.388 tCO₂ eq, correspondente a uma diminuição de 2,8% de emissões. Estão por apurar, ainda, alguns dados finais relativos ao âmbito 3.

Para cálculo da pegada carbónica é seguida a metodologia standard definida pelo Greenhouse Gas Protocol, que permite estimar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) decorrentes da atividade, tendo em conta três âmbitos distintos, e que é complementar ao normativo NP EN ISO 14064:

- Âmbito 1 – emissões diretas, com origem em fontes de emissão que são propriedade da NAV Portugal ou sobre as quais esta exerce um controlo operacional efetivo (consumo de combustíveis fósseis nos grupos geradores e frota automóvel);

- Âmbito 2 - emissões indiretas resultantes da produção de eletricidade adquirida a terceiros e consumida em instalações, equipamentos e espaços sobre os quais a NAV Portugal exerce um controlo operacional efetivo e,
- Âmbito 3 - outras emissões indiretas de GEE, onde estão incluídas as emissões que decorrem da atividade da NAV Portugal, classificadas como sendo representativas, mas cujas fontes de emissão não são detidas ou controladas pela NAV Portugal (nomeadamente emissões associadas ao tratamento de água para consumo e de águas residuais produzidas nas instalações, tratamento dos resíduos produzidos, deslocações dos colaboradores ao serviço da NAV Portugal e no percurso casa-trabalho-casa).

No âmbito deste programa destaca-se que, em 2014:

- Das emissões totais verificadas, cerca de 3.208 tCO₂ eq estão associadas ao consumo de energia elétrica (âmbito 2), representando uma redução de 3,6% relativamente ao ano anterior e,;
- As emissões de âmbito 1 foram responsáveis por cerca de 276 tCO₂ eq, representando as emissões da frota própria cerca de 235 tCO₂ eq, uma redução de cerca de 6,3% relativamente ao período anterior.

A NAV Portugal, E.P.E. assume que a compensação das emissões excedentes da sua atividade deve estar, sempre que possível, associada à prestação de serviços da sua atividade, promovendo a otimização do desempenho ambiental ao longo da sua cadeia de valor. Neste sentido, e tendo em conta o compromisso assumido de melhoria e otimização contínua da rede de rotas sob sua gestão, a Empresa prosseguiu o seu alinhamento com os objetivos definidos pelas entidades internacionais que regulam o setor.

Assim, e no âmbito deste plano de compensação, destaca-se novamente a colaboração ativa da NAV Portugal, E.P.E. no programa Atlantic Interoperability Initiative to Reduce Emissions (AIRE), iniciado em 2007 pela Comissão Europeia e a US Federal Aviation Administration (FAA, Estados Unidos da América), que tem como principal objetivo a melhoria da eficiência energética dos voos comerciais, reduzindo em simultâneo as emissões poluentes e o ruído. Do programa SESAR-JU, responsável pela gestão da iniciativa AIRE, importa destacar em 2014 um projeto sobre os quais recai o plano de compensação das emissões excedentes da NAV Portugal, E.P.E.:

- Projeto SMART Oceanic: Programa que contribui para a otimização dos voos oceânicos nas RIV de Lisboa e de Santa Maria, procurando a rota mais económica para as condições meteorológicas vigentes, através da integração de diferentes planos de voo, dados de posição e meteorológicos, entre o sistema ATM e os centros de operações das companhias aéreas.

Adicionalmente, e ainda no âmbito do Plano de Compensação de emissões GEE, a NAV Portugal, E.P.E. dispõe de quatro instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis que produziram, em 2014, 32 MWh de energia elétrica.

Ao nível da qualidade do serviço prestado, merece destaque, em 2014, a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão Integrado, nomeadamente da vertente de Gestão da Qualidade, de acordo com o normativo NP EN ISO 9001:2008.

Em 2014 foi, igualmente, relevante a renovação da Certificação da Prestação de Serviços de Navegação Aérea, segundo o Regulamento (EU) nº 1035/2011, pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC). Assim, a NAV Portugal manteve a sua condição de Prestador de Serviços de Navegação Aérea mantida para os Serviços de Tráfego Aéreo (ATS) englobando o Controlo de Tráfego Aéreo (ATC), Serviço de Informação de Voo (FIS), e Serviço de Alerta (AL), Serviços de Informação Aeronáutica (AIS) e Serviços de Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS).

No âmbito da adesão aos princípios da Responsabilidade Social, à semelhança dos anos anteriores, a Empresa manteve o apoio a várias iniciativas, nomeadamente protocolos com associações de solidariedade social:

- Renovação do protocolo de doação com a Cáritas Portuguesa, com vista à distribuição de metade do valor das ofertas de Natal usualmente destinadas aos trabalhadores da Empresa e ofertas de Natal institucionais, que deste modo passam a ser destinadas ao apoio às populações carenciadas das regiões de Lisboa, Porto, Faro, Madeira e Açores, locais onde a Empresa possui infraestruturas;
- Renovação, do protocolo de doação à Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome (FPBA) de metade do valor dos presentes institucionais da Empresa, convertido em alimentos a ser distribuídos às populações carenciadas das regiões de Lisboa, Porto, Faro, Madeira e Açores locais onde a Empresa possui infraestruturas;

- Doação à associação RENASCER (instituição de solidariedade social do norte do país) de uma cadeira de rodas adaptada para um deficiente profundo e,
- Apoio às atividades desportivas organizadas pelas Associações Profissionais de Controladores de Tráfego Aéreo e de Técnicos de Informação e Comunicação Aeronáutica com vista a promover o convívio socio-profissional entre os trabalhadores da Empresa e de outros trabalhadores de empresas congéneres e empresas clientes.

A NAV Portugal preconiza e mantém, desde a sua criação, uma política de recursos humanos indistinta para homens e mulheres, inteiramente observadora do princípio do tratamento igual e indiferenciado dos seus trabalhadores, independentemente do género.

Esta política é aplicada em todas as vertentes da gestão de recursos humanos, não prevendo os Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho aplicáveis (três acordos de Empresa), celebrados com as várias estruturas representativas dos trabalhadores, qualquer diferenciação salarial, enquadramento profissional, progressão na carreira ou direitos genéricos dos trabalhadores, nomeadamente em função do sexo, estado civil ou situação familiar.

Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		
	S	N	N.A.
Estatutos atualizados (PDF)	X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X		
Ficha síntese da empresa	X		
Identificação da Empresa:			
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X		
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:			
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X		
Estatuto remuneratório fixado	X		
Remunerações auferidas e demais regalias	X		
Regulamentos e Transações:			
Regulamentos Internos e Externos	X		
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X		
Outras transações	X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X		
Avaliação do cumprimento dos PBG	X		
Código de Ética	X		
Informação Financeira histórica e atual	X		
Esforço Financeiro do Estado	X		

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação		
	S	N	N.A.
Existência de Site	X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X		
Organigrama	X		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:			
Identificação dos órgãos sociais	X		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X		
Identificação de comissões existentes na sociedade			X
Identificar sistemas de controlo de riscos	X		
Remuneração dos órgãos sociais	X		
Regulamentos Internos e Externos	X		
Transações fora das condições de mercado	X		
Transações relevantes com entidades relacionadas	X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X		
Código de Ética	X		
Relatório e Contas	X		
Provedor do cliente			X

Código de Ética

O Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou, em 2008, o o [Código de Ética](#) aplicável a todos os Colaboradores da Empresa.

Nos termos do Código de Ética, “a NAV Portugal tem como princípios estruturantes da sua missão a proteção dos valores pelos quais pauta a sua atuação, de acordo com os mais elevados princípios éticos, em especial pelos princípios da integridade, transparência, rigor, equidade, boa-fé e credibilidade da Empresa, tendo sempre subjacente que prossegue uma atividade de interesse público, de que depende o desenvolvimento económico e social, a aproximação dos povos e culturas e o bem-estar dos cidadãos. Neste sentido, os Colaboradores da NAV Portugal, no cumprimento das suas obrigações legais, regulamentares e contratuais, devem orientar a sua conduta pelos princípios éticos defendidos pela Empresa, quer nas suas relações com os outros Colaboradores, quer nas relações que estabeleçam com as Partes Interessadas (comummente designadas Stakeholders) e demais entidades com as quais se relacionem profissionalmente.”

Nesta conformidade, a NAV Portugal, o seu Conselho de Administração e os membros que o compõem, assumiram um compromisso ético relacionado com o comportamento organizacional e com o comportamento das pessoas que integram a Empresa, bem como, com as relações que estabelecem com as suas Partes Interessadas, assente em práticas de responsabilidade social, ambiental e domínios para além dos constantes no quadro jurídico-normativo a que a Empresa se encontra obrigada, contribuindo de forma pró-ativa para o desenvolvimento sustentável.

O Código de Ética integra-se, por conseguinte, na política de responsabilidade social assumida pela NAV Portugal, constituindo um pilar fundamental na sua afirmação como uma empresa responsável perante a sociedade e encontra-se no sítio da Empresa na internet www.nav.pt.